

Concessões já feitas trariam investimentos de US\$ 43,8 bi

Por Fabio Graner | De Brasília

Os leilões e renovações de concessões feitos pelo governo federal no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) desde o fim de 2016 até agora já geram uma expectativa de investimentos de US\$ 43,8 bilhões nos próximos anos. O dado se refere a 70 projetos já entregues ao setor privado e consta de apresentação que o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, fará a investidores no Canadá e Estados Unidos.

Ao Valor, o ministro explicou que a maior parte desses investimentos deve se materializar rapidamente já na fase inicial desses projetos, embora o desembolso total possa levar até 30 anos para ocorrer. Além de mostrar o que já está em curso, Dyogo apresentará aos investidores internacionais uma carteira de outros 75 projetos do PPI que ainda serão leiloados e cuja expectativa de investimentos é de US\$ 41,7 bilhões ao longo dos anos de concessão e privatização.

Para o ministro, a crise fiscal no Brasil não deve ser fator de inibição

do interesse desses investidores. "Eles olham os prazos mais longos. Para eles o mais importante é a perspectiva de crescimento. Nós vamos mostrar que isso já está ocorrendo, com inflação baixa, e que a questão fiscal será equacionada", disse Dyogo.

A viagem à América do Norte busca atrair financiamento para projetos de infraestrutura. "Vamos encontrar investidores que já são parceiros relevantes do Brasil e queremos convencê-los a ampliar a participação", disse o ministro.

Na apresentação, Dyogo tenta mostrar que o Brasil deixou a recessão para trás e que o cenário econômico é favorável. Destaca fatores como a expansão forte do mercado de capitais, com a bolsa atingindo recordes históricos, a inflação mais baixa em 20 anos, o balanço de pagamentos fortalecido por baixo déficit externo e forte ingresso de investimentos estrangeiros diretos e a taxa de juros mais baixa da história (6,75% ao ano).

Também ressalta a forte melhora

na confiança de empresas e consumidores, as projeções do mercado apontando aceleração no crescimento econômico chegando a um ritmo de 3,1% no início do ano que vem, bem como retomada da indústria e do comércio. Os números do ministro também salientam a retomada dos investimentos no PIB, ressaltando os números dos dois últimos trimestres do ano passado e a alta da produção interna de bens de capital.

Outro destaque apresentado por Dyogo é a liberação de US\$ 44,7 bilhões de dólares em renda das famílias prevista para este ano por conta da redução dos juros e a consequente queda no comprometimento de renda das famílias com dívidas.

O ministro ainda apresentará aos investidores a agenda de 15 pontos recentemente apresentada pelo governo Michel Temer em substituição à reforma da Previdência, que não tramitará mais este ano por conta da intervenção na segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Governo precisa de R\$ 80 bi a R\$ 100 bi para cumprir regra do Orçamento

Rombo. Mesmo com devolução de R\$ 130 bi que o BNDES fará ao Tesouro este ano, governo não conseguiria cumprir a ‘regra de ouro’, que impede a União de se endividar para pagar despesas como conta de luz; descumprimento é crime de responsabilidade fiscal

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli

O governo precisa garantir entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões para conseguir cumprir, neste ano, a chamada “regra de ouro” – uma norma prevista na Constituição que proíbe a União de se endividar para pagar despesas correntes, como salários e conta de luz. O descumprimento configura crime de responsabilidade fiscal.

Segundo apurou o Estadão / Broadcast, o governo precisa levantar esses recursos extras, mesmo com a devolução de R\$ 130 bilhões que o BNDES fará ainda este ano aos cofres do Tesouro. A equipe econômica vinha dizendo que, com esse dinheiro do banco e uso de receitas de anos anteriores que estão vinculadas a alguns fundos, seria possível honrar a “regra de ouro”.

É por isso que o governo não pode abrir mão de arrecadação neste momento, embora haja pressão para mudança na

tributação de combustíveis e para reduzir o alcance da alteração na forma como é cobrado o Imposto de Renda sobre fundos exclusivos de investimento (leia mais na B3). Neste ano, para honrar as despesas correntes, o governo teria de aumentar sua dívida em R\$ 208,6 bilhões – esse é o tamanho do rombo que precisa ser coberto para cumprir a regra de ouro.

Descontados os R\$ 130 bilhões que serão devolvidos pelo BNDES, ainda restam R\$ 78 bilhões. Segundo uma fonte da área econômica, no entanto, o governo precisa de uma margem de manobra para evitar surpresas no fim do ano. Por isso, a conta fica entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões.

O governo depende agora do resultado de duas consultas já feitas ao Tribunal de Contas da União (TCU) para saber se é possível usar receitas de anos anteriores no cumprimento da regra Para 2019, o buraco é de pelo menos R\$ 200 bilhões, e técnicos já reconhecem que o quadro negativo pode se manter pelos próximos quatro ou cinco anos.

Há uma preocupação no TCU de que qualquer alternativa encontrada agora para o cumprimento da regra de ouro será uma mera formalidade – não será respeitada a essência da norma,

que é impedir o endividamento acelerado do País, empurrando a conta para futuros governos. Em um cenário extremo, não está descartado o risco de o próximo presidente da República simplesmente propor o fim da regra de ouro para não ficar “com a faca no pescoço” durante seu mandato.

Prevista na Constituição, a regra de ouro não pode ser flexibilizada neste momento porque a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro impede mudanças constitucionais. Mas os técnicos do governo e do TCU têm discutido formas de cumpri-la no envio do Orçamento de 2019. A avaliação é de que é preciso uma solução ao impasse que a própria Constituição impõe ao presidente e à equipe econômica.

A legislação determina que uma série de despesas são de pagamento obrigatório – são cerca de 90% do Orçamento –, mas ameaça os gestores de crime de responsabilidade se houver necessidade de emissão de dívida para bancá-las. Para um integrante da equipe econômica, não há solução que não seja aprovação de crédito suplementar bilionário em 2019 para permitir o pagamento despesas correntes. A Constituição permite a exceção, mas precisa do aval do Congresso.



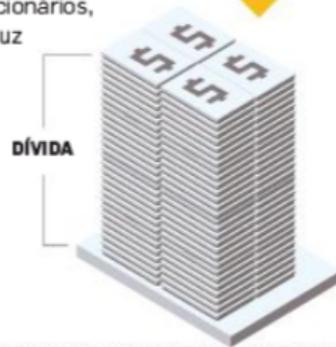


O OURO DA REGRA

- Regra busca barrar déficits sucessivos

O que é Regra de Ouro?

1 O governo **não pode se endividar** para pagar gastos do dia a dia como **despesas correntes**: pagamento dos salários dos funcionários, alugueis, água, luz



2 O governo só pode fazer dívidas para custear **investimentos** de infraestrutura e melhoria dos serviços como saúde e educação, ou **refinanciamento**

- ✓ REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA
- ✓ INVESTIMENTOS

✗ DESPESAS CORRENTES
NESSE CASO, É CRIME DE RESPONSABILIDADE FISCAL. O PRESIDENTE PODE ATÉ SOFRER IMPEACHMENT



EMPRÉSTIMO